

ANEXO IV

**MINUTA DE RELATÓRIO DE PRESSUPOSTOS DE INSTAURAÇÃO DE TCE - PARA
TRANSFERÊNCIAS
(CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES)**

DADOS DA TRANSFERÊNCIA	
ORIGEM DOS RECURSOS	Transferências discricionárias
INSTRUMENTO ORIGINAL E TERMOS ADITIVOS	<i>[Inserir o número do Convênio ou instrumento congênere e seus termos aditivos, indicando o localizador no sistema SEI]</i>
PROCESSOS BASE, DE PRESTAÇÕES DE CONTAS, E DEMAIS	<i>[Inserir números dos processos]</i> <i>[Inserir assunto de cada processo]</i>
OBJETO DA TRANSFERÊNCIA	<i>[Descrever o objeto (Exemplo: Elaboração do projeto executivo para obras.....)]</i>
FUNCIÓNAL PROGRAMÁTICA	<i>[Informação obtida no SIAFI]</i>
VIGÊNCIA DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA	<i>[data de acordo com o último termo aditivo de prorrogação, caso tenha]</i>
UG REPASSADORA (CÓDIGO/ NOME)	393003 / DEPART.NAC.INFRA ESTRUTURA TRANSPORTES.
BENEFICIÁRIO DOS RECURSOS	<i>[Órgão, Entidade, Autarquia, etc]</i>
REPASSE EFETIVO	<i>[Informação obtida no sistema e-TCE ou no SIAFI]</i>
CONTRAPARTIDA DO BENEFICIÁRIO	<i>[Verificar nos processos de prestação de contas ou solicitar à área gestora do instrumento]</i>
CONTA ESPECÍFICA DO CONVÊNIO	<i>[Banco XXX – Agência: XXXX – Conta Corrente: XXXXXX]</i>
ORDENS BANCÁRIAS (Nos casos de TED formalizadas com órgão/entidade da União, listar as Notas de Programação Financeira – PF do SIAFI) NÚMEROS/VALOR/DATA	<i>[20XXOB999999/R\$ XXXXX /XX/XX/20XX;]</i> <i>[20XXOB999999/R\$ XXXXX /XX/XX/20XX]</i>
DATA DO CRÉDITO NA C/C ESPECÍFICA (Dispensado no caso de TED)	<i>Verificar nos extratos anexos aos processos de prestação de contas</i>
DADOS DO PROCESSO DE PRESSUPOSTOS DE TCE	
Unidade Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização do instrumento (art. 5º, §2º, IN 76/2021)	<i>[Inserir o nome da Unidade que está apurando os pressupostos de TCE, nos termos do art. 5º, §2º, IN DNIT 76/2021]</i>
MOTIVO ENSEJADOR DE TCE	<i>[Observando aqueles dispostos no Anexo II da DN TCU 155/2016]</i>
DATA(S) DE OCORRÊNCIA(S) DO DANO	<i>[Observando estritamente o disposto no art. 9º da IN TCU nº 71/2012]</i>
VALOR ORIGINAL DO DANO	<i>[Valor do dano à época de sua ocorrência, sem atualização financeira]</i>

DADOS DA TRANSFERÊNCIA	
SOMATÓRIO DOS DÉBITOS ATUALIZADOS SEM JUROS	[Conforme Regimento Interno, a atualização do dano poderá ser solicitada à Coordenação de Contabilidade, desde que devidamente informados: (i) data de ocorrência; (ii) valor original; (iii) responsáveis; e (iv) divisão da responsabilidade [individual ou solidária]]
SOMATÓRIO DOS DÉBITOS ATUALIZADOS COM JUROS	[Conforme Regimento Interno, a atualização do dano poderá ser solicitada à Coordenação de Contabilidade, desde que devidamente informados: (i) data de ocorrência; (ii) valor original; (iii) responsáveis; e (iv) divisão da responsabilidade [individual ou solidária]]
DATA DE ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO	[Data da emissão do Demonstrativo de Débito]
DATA DE INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PARA A INSTAURAÇÃO	[Observando estritamente o disposto no art. 4º da IN TCU nº 71/2012]

INTRODUÇÃO

[Neste tópico deve ser realizada síntese dos fatos tratados no processo e fornecidas informações sobre o cumprimento dos prazos para a instauração da tomada de contas especial (TCE), devendo ser registrados eventuais fatores que impactaram seu cumprimento. Também devem ser fornecidas informações referentes a fatores intervenientes na execução do objeto, como atrasos significativos na liberação dos recursos e a existência de outros processos abertos que tenham conexão com o objeto tratado].

1. Trata-se de processo de verificação de pressupostos para a instauração de tomada de contas especial (TCE), em desfavor de [inserir nome(s) completo(s) do(s) responsável(is), seu cargo, função, período de exercício no cargo], em razão do(a) [inserir motivo ensejador da TCE], referente aos recursos repassados a(ao) [identificação do convenente] por meio do [identificação do contrato].

2. Os recursos federais foram repassados mediante a ordem bancária [número da ordem bancária – ou, no caso de TED, número da Nota de Programação Financeira – PF do SIAFI] no valor de [R\$......] emitida em [data de emissão da ordem bancária] (peça X; SEI nº XX-XX). Os recursos foram creditados na conta específica em [data do crédito conforme extrato bancário].

[Ou, caso os recursos tenham sido liberados em mais de uma parcela, recomenda-se inserir tabela com os campos “parcela”, “número da ordem bancária” OU “Número da PF”, “valor”, “data de emissão da OB” e “data do crédito na conta corrente específica, conforme a seguir”]

Os recursos federais foram repassados em [XX] parcelas, conforme especificação a seguir (peça [X], p. [XX-XX]):

Parcela	Nº da OB/Nº da PF	Valor (R\$)	Data de emissão	Data do crédito na C/C específica (dispensado no caso de TED)
1ª	XX/20XX	XX.XXX,XX	XX/XX/20XX	XX/XX/20XX
2ª	XY/20XX	X.XXX,XX	XX/XX/20XX	XX/XX/20XX
3ª	XZ/20XX	XX.XXX,XX	XX/XX/20XX	XX/XX/20XX

3. Houve atrasos no cronograma inicial de [XX] [número de meses de atraso na liberação] meses (peça [X], p. [XX-XX]).

[Acrescentar parágrafos acerca de eventuais fiscalizações/auditorias/inquéritos ou outras ações de controle sobre o objeto tratado nos autos].

4. Informa-se que o termo inicial para fins de contagem do prazo de 180 dias para a instauração da TCE, fixado no **art. 4º, § 1º, da IN – TCU 71/2012**, corresponde à data de [XX/XX/XXXX], tendo sido instaurada em [XX/XX/XXXX].

[Se necessário, acrescentar parágrafo com informações adicionais, inclusive no que se refere à aplicação ao caso do artigo 19A da IN – TCU 71/2012]

DESCRIÇÃO DAS IRREGULARIDADES E CONDUTAS VERIFICADAS NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

5. Irregularidades

Irregularidade 1

[Parágrafo descrevendo a irregularidade]

Evidências: [inserir os documentos que comprovam a irregularidade e citar sua localização no SEI e no e-TCE]

Crítérios/normas infringidas: [inserir as normas infringidas, como, por exemplo, Art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986];

Identificação dos responsáveis e condutas 1:

Responsável

[Nome completo, CPF, cargo]

6. Quantificação do dano:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)	Identificador parcela
[Inserir a data da ocorrência do dano, em observância ao disposto no art. 9º da IN TCU nº 71/2012]	[Inserir o valor original do dano]	[informar “D”, quando se tratar de um débito, ou “C”, quando se tratar de um crédito, que ocorre quando existe devolução ou pagamento de parte dos recursos]

Condutas:

[Exemplo:

José (CPF):

1. Propor Termo Aditivo sem as devidas adequações do Plano de Trabalho em discordância com o Art. 15 da Instrução Normativa STN nº 04 de 15/01/1997.
2. Propor de Termo Aditivo sem a adequação do Plano de Trabalho com o cronograma físico-financeiro do Edital 064/2012.
3. Negligenciar a Cláusula 13ª do Termo de Compromisso que é coordenar e controlar a execução dos serviços e a aplicação dos recursos financeiros previstos.]

7. Resumo das justificativas e defesas apresentadas

[Análise das justificativas e defesas apresentadas: consignar o não atendimento das notificações ou um resumo das justificativas e defesas apresentadas pelo(s) responsável(is), bem como a análise da comissão de tomada de contas especial, manifestando-se objetivamente sobre o não saneamento das irregularidades determinantes da TCE].

7.1. Após as notificações *[ou análises das justificativas e/ou defesas apresentadas]*, conclui-se que:

7.1.1 *[mencionar, de forma individualizada, se o(s) responsável(is) atendeu(ram) ou não a(s) notificação(ões) e/ou apresentou(ram) (ou não) justificativas e/ou efetuou(aram) o recolhimento ou não do débito a ele imputado]*

7.1.2 *[caso o responsável tenha apresentado defesa, inserir a análise da comissão de tomada de contas especial, bem como mencionar se foram acatados os argumentos do responsável]*

7.1.3 *[apresentar conclusão acerca da responsabilização dos agentes (nome, cargo/função, período de gestão) e da ocorrência das irregularidades, bem como o valor do prejuízo apurado, em valores atualizados]*

8. Foram expedidas as seguintes diligências e notificações para saneamento dos autos, apresentação de defesa ou recolhimento do débito:

DILIGÊNCIAS								
Responsável/ Destinatário	Cargo	Documento	Data	SEI nº	Doc. de ciência (SEI nº)	Data da ciência	Data da resposta	Resumo
<i>[Fulano de Tal]</i>	<i>[Prefeito]</i>	<i>Ofício XX/20XX</i>	<i>XX/XX/20XX</i>	<i>XX</i>	<i>XX</i>	<i>XX/XX/20XX</i>	<i>XX/XX/20XX</i>	<i>[Resumo da comunicação]</i>
<i>[Fulano de Tal]</i>	<i>[Ente federativo conveniente]</i>	<i>Ofício XX/20XX</i>	<i>XX/XX/20XX</i>	<i>XX</i>	<i>XX</i>	<i>XX/XX/20XX</i>	<i>XX/XX/20XX</i>	<i>[Resumo da comunicação]</i>

NOTIFICAÇÕES								
<i>[Fulano de Tal]</i>	<i>[Prefeito]</i>	<i>Ofício XX/20XX</i>	<i>XX/XX/20XX</i>	<i>XX</i>	<i>XX</i>	<i>XX/XX/20XX</i>	<i>XX/XX/20XX</i>	<i>[Resumo da comunicação]</i>

[Nos casos em que forem identificados responsáveis falecidos, observar as providências previstas no artigo 4º, § 1º, incisos XI, XII, da Portaria CGU nº 1531, De 1º de julho de 2021:

XI - providenciar cópia da certidão de óbito ou identificação do inventariante, herdeiros ou sucessores do espólio, no caso de falecimento do responsável pelo dano, mediante diligências e consultas ao portal do Poder Judiciário do Estado e nos cartórios de notas e ofícios da comarca de domicílio do falecido ou mediante pesquisa junto a outros meios de informação, devendo ser juntada ao processo documentação ou informação comprobatória do resultado das pesquisas;

XII - no caso de falecimento do responsável pelo dano antes de sua notificação ou antes do decurso de prazo para apresentar defesa, expedir notificação direcionada ao inventariante ou administrador provisório do espólio, ou aos herdeiros ou sucessores individualmente, caso já tenha sido realizada a partilha de bens;

9. INFORMAÇÕES SOBRE EVENTUAIS AÇÕES JUDICIAIS

[Consultar a PFE/DNIT]

[Informar se há ação(ões) judicial(is) em andamento e incluir no presente relatório eventuais informações obtidas nessas ações que possam contribuir para a análise dos fatos relativos às irregularidades apuradas na TCE, conforme exige o art. 24, §1º, inciso X, da Portaria CGU nº 1531/2021].

9.1. Em relação aos fatos apurados nesta TCE, encontra-se em andamento a Ação Judicial [XXXX], que tramita na (Vara) movida pelo [conveniente, Ministério Público Federal (MPF) etc.], em face de [listar os motivos que ensejaram a ação] (peça X, p. XX-XX).

10. INFORMAÇÕES SOBRE EXISTÊNCIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESPONSABILIZAÇÃO:

[Consultar à Corregedoria]

[Informar se há existência de processos de responsabilização, a exemplo da instauração de Processos Administrativos Disciplinares - PAD e Processos Administrativos de Responsabilização-PAR, decorrentes de fatos conexos que ensejaram o dano ao erário", conforme Ofício-Circular nº 1/2022/GM/MInfra (Sei! 11470669)."

11. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A EXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE TCE

[Registrar posicionamento conclusivo quanto à comprovação e quantificação do dano e à correta imputação a cada um dos responsáveis da obrigação de ressarcir].

11.1. Os fatos apurados no processo indicam a(o) [Inserir motivo ensejador da TCE. Por exemplo: Desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos], caracterizando a ocorrência de prejuízo ao erário, tendo sido quantificado o dano e identificados os agentes responsáveis, conforme item [X] deste relatório.

11.2. No tocante à quantificação do dano e à atribuição da responsabilidade, conforme motivações expostas no item [X] deste relatório, entende-se que o débito no valor de R\$ [XX.XXX,XX], o qual representa [X]% dos recursos repassados, deve ser imputado ao Senhor(a) [responsável], [inserir cargo ou função à época da ocorrência dos fatos], uma vez que [incluir o motivo que levou o tomador de contas a responsabilizar o agente].

12. JUSTIFICATIVAS PELO ATRASO NA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS

12.1. [Caso não se finalize os trabalhos dentro do prazo previsto no art. 4º da IN TCU nº 71/2012, deve-se inserir parágrafo com as justificativas pelo atraso]

13. CONCLUSÃO

[Apresentar, de forma objetiva, a conclusão do processo].

14. Caracteriza-se dano ao erário no valor de [inserir o somatório do valor original do dano], cujo(s) valor(es) atualizado(s) com juros até [inserir a data de atualização do valor do dano] está(ão) detalhado(s) a seguir:

Responsável / Responsáveis solidários	Total dos valores atualizados com juros
[inserir nome completo e CPF]	[inserir o valor atualizado do dano]

15. Assim, providenciou-se a elaboração das Minutas de Ofício SEI nº XXXXXXXX para que, nos termos do art. 17 da IN DNIT nº 76/2021, sejam providenciadas as notificações pela DAF. Em razão disso, solicita-se o envio dos autos à Diretoria de Administração e Finanças para providências.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20____

[Assinatura dos responsáveis pela adoção de medidas administrativas de levantamento de pressupostos]